

AMBEV S.A.
CNPJ/ME nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941

Resposta ao Ofício CVM nº 210/2019/CVM/SEP/GEA-2

Ambev S.A. (“Companhia”) faz referência ao Ofício da Comissão de Valores Mobiliários nº 210/2019/CVM/SEP/GEA-2 datado de 8 de agosto de 2019 e cuja cópia integral se encontra anexa (“Ofício”). A matéria publicada em 8 de agosto de 2019 em um blog hospedado no *site* do jornal O Estado de S. Paulo e transcrita no Ofício é supostamente baseada no vazamento de informações de um procedimento judicial confidencial, ao qual a Companhia não teve acesso.

Com relação a esse assunto, a Companhia já havia esclarecido publicamente por meio da imprensa em novembro de 2016¹ que contratou a Projeto Consultoria Empresarial e Financeira Ltda. para a prestação de serviços de consultoria e, por aproximadamente três anos, pagou a tal empresa honorários fixos mensais em linha com o mercado.

A Companhia reitera seu compromisso de conduzir os negócios de maneira legal e ética. De acordo com seu Código de Conduta de Negócios, a Companhia exige o estrito cumprimento das leis, regulações e políticas corporativas aplicáveis.

De forma consistente com seus princípios, a Companhia continuará a acompanhar e a monitorar esse assunto.

São Paulo, 9 de agosto de 2019.

Ambev S.A.
Fernando Mommensohn Tennenbaum
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

¹ <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/empresa-de-consultoria-de-palocci-recebeu-r-813-mi-de-47-clientes-aponta-receita/>

Anexo
Ofício nº 210/2019/CVM/SEP/GEA-2



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031
www.cvm.gov.br

Ofício nº 210/2019/CVM/SEP/GEA-2

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2019.

Ao Senhor
FERNANDO MOMMENSOHN TENNENBAUM
Diretor de Relações com Investidores da
AMBEV S.A.
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, – Itaim Bibi
04530-001 São Paulo – SP
Tel.: (11) 2122-1414
E-mail: ri@ambev.com.br

C/C: emissores@b3.com.br; ana.pereira@b3.com.br; maiara.madureira@b3.com.br;
marcelo.heliodoro@b3.com.br

Assunto: Solicitação de esclarecimentos sobre notícias veiculadas na mídia

Prezado Senhor Diretor,

1. Reportamo-nos à notícia veiculada no *Blog do Fausto Macedo*, hospedado na página do jornal *O Estado de S. Paulo (Estadão)* na rede mundial de computadores no dia 8 de agosto de 2019, intitulada "[Delação de Palocci à PF implica Ambev](#)", nas quais constam as seguintes informações:

Delação de Palocci à PF implica Ambev

Ex-ministro petista afirma que empresa fez 'pagamentos indevidos' a Lula e Dilma para impedir aumento de imposto para bebidas alcoólicas

Rafael Moraes Moura e Breno Pires / BRASÍLIA

08 de agosto de 2019 | 05h10

Decisão sigilosa do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, diz que o ex-ministro Antonio Palocci relatou em seu acordo de delação premiada à Polícia Federal "pagamentos indevidos" da Ambev aos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e a ele próprio. É a

primeira vez que a multinacional de bebidas aparece nas investigações da Lava Jato. O interesse da empresa, de acordo com o documento de Fachin, era impedir o aumento de imposto (PIS/Cofins) sobre bebidas alcoólicas.

No despacho, ao qual o **Estado** teve acesso, não há menção a data ou a valores que supostamente foram desembolsados pela empresa. Os detalhes da delação de Palocci estão em outros documentos, os anexos, que estão sob sigilo. Fachin determinou a remessa de 11 desses anexos à Justiça Federal de São Paulo. As acusações do ex-ministro, incluindo as que se referem à Ambev, estão agora sob análise da força-tarefa da Lava Jato em São Paulo.

A Procuradoria da República de São Paulo requereu que os casos relatados por Palocci sejam concentrados na 6ª Vara Federal Criminal, especializada em crimes financeiros e lavagem de dinheiro. “Numa avaliação inicial, o MPF entende que todos os casos incluem lavagem de dinheiro”, informou ao **Estado** a força-tarefa da Lava Jato.

O acordo de colaboração premiada de Palocci foi homologado por Fachin em outubro do ano passado. A negociação foi feita com a Polícia Federal, após o Ministério Público Federal recusar a proposta apresentada pela defesa do ex-ministro de Dilma e Lula.

Além do suposto pagamento de propina pela Ambev, o documento do Supremo relaciona outros episódios narrados por Palocci, como o pagamento de vantagem indevida por parte de bancos, o suposto desembolso de R\$ 3,5 milhões do governo do ex-ditador líbio Muamar Kadafi para a campanha de Lula no ano de 2002 e a destinação de dinheiro de empreiteiras, via caixa 2, para campanhas petistas.

Consultoria. Em sua decisão, assinada em 11 de abril, Fachin observou que Palocci “elabora descritivo geral da organização criminoso integrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com objetivo de obter vantagens indevidas de grupos empresariais em contrapartida à prática de atos de ofício em prol dos interesses das empresas”.

A Ambev foi uma das empresas que contrataram os serviços da empresa de consultoria de Palocci, a Projeto Consultoria Empresarial e Financeira Ltda., por um período de três anos, para prestação de serviços de consultoria, via análises de cenários e conjuntura. Em um relatório da Receita Federal produzido em outubro de 2016, constam pagamentos que somam R\$ 1,21 milhão da cervejaria à empresa do ex-ministro.

Embora a decisão de Fachin não relacione o suposto pagamento de vantagem indevida pela Ambev a um episódio específico, durante o governo de Dilma alguns aumentos de impostos anunciados para o setor de bebidas foram postergados. Em abril de 2014, por exemplo, o governo federal anunciou um aumento de tributos sobre as chamadas bebidas frias que entraria em vigor em junho daquele ano – mas a data foi adiada. Na época, o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a maior tributação de refrigerantes, cervejas e energéticos entraria em vigor no início de setembro, e mesmo assim de maneira escalonada.

A decisão foi anunciada depois de reunião de Mantega com representantes de empresas de bebidas, hotéis e bares. Naquela ocasião, Mantega disse que fez um “pacto com o

setor” para não haver aumento de preços durante a Copa do Mundo, que ocorreu no Brasil naquele ano.

O juiz Danilo Pereira Júnior, da 12ª Vara Federal de Curitiba, autorizou nesta semana a progressão de pena de Palocci para o regime aberto. Segundo a decisão, ele permanecerá com tornozeleira eletrônica.

COM A PALAVRA, A AMBEV

Procurada, a Ambev não quis comentar o teor da delação feita por Palocci.

COM A PALAVRA, O PT

O PT informou, por meio de nota, que Palocci “fez um negócio milionário com a Lava Jato para sair da cadeia com muito dinheiro em troca de mentiras”. “Nada do que ele diga sobre o PT merece crédito, muito menos por meio de supostos vazamentos direcionados politicamente”, afirmou o partido.

COM A PALAVRA, LULA

A assessoria de Lula disse que Palocci “é apenas um instrumento da Lava Jato para atacar (o ex-presidente) com mentiras e narrativas que não podem ser confirmadas por testemunhas ou por documentos”.

COM A PALAVRA, DILMA

A assessoria de Dilma informou que aguardaria a publicação da reportagem para, eventualmente, se manifestar sobre o assunto.

COM A PALAVRA, PALOCCI

O advogado Tracy Reinaldet, que defende Palocci, afirmou que a delação de seu cliente ainda está sob sigilo. “Por tal razão, a defesa do ex-ministro não comenta fatos específicos e não confirma ou infirma a veracidade destes.”

2. A respeito, requeremos a manifestação de V.Sª sobre a veracidade das afirmações veiculadas na notícia, e, caso afirmativo, solicitamos esclarecimentos adicionais a respeito do assunto, bem como informar os motivos pelos quais entendeu não se tratar o assunto de Fato Relevante, nos termos da Instrução CVM nº 358/02.

3. **Tal manifestação deverá incluir cópia deste Ofício e ser encaminhada ao Sistema IPE, categoria “Comunicado ao Mercado”, tipo “Esclarecimentos sobre questionamentos da CVM/B3”. O atendimento à presente solicitação de manifestação por meio de Comunicado ao Mercado não exime a eventual apuração de responsabilidade pela não divulgação tempestiva de Fato Relevante, nos termos da Instrução CVM nº 358/02.**

4. Ressaltamos que, nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 358/02, cumpre ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

5. Lembramos ainda da obrigação disposta no parágrafo único do art. 4º da Instrução CVM nº 358/02, de inquirir os administradores e acionistas controladores da Companhia, **bem como todas as demais pessoas com**

acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado com o objetivo de averiguar se estes teriam conhecimento de informações que deveriam ser divulgadas ao mercado.

6. Alertamos que caberá a esta autoridade administrativa, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso II, do artigo 9º, da Lei nº 6.385/76, e no artigo 7º c/c o artigo 9º da Instrução CVM nº 452/07, determinar a aplicação de multa cominatória, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), sem prejuízo de outras sanções administrativas, pelo não atendimento ao presente Ofício, até o dia 9 de agosto de 2019.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Rocha Lopes, Gerente**, em 08/08/2019, às 10:52, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Soares Vieira, Superintendente**, em 08/08/2019, às 11:17, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cvm.gov.br/conferir_autenticidade, informando o código verificador **0815858** e o código CRC **E353FE4B**.

*This document's authenticity can be verified by accessing https://sei.cvm.gov.br/conferir_autenticidade, and typing the "Código Verificador" **0815858** and the "Código CRC" **E353FE4B**.*